



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

TIPO 2 – VERDE

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.




Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
 - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
 - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
 - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
 - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.

EMPREGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA****Comunicação clara e objetiva: o alicerce das relações profissionais**

A história mostra que civilizações se fortaleceram quando encontraram formas eficazes de se comunicar. Do código de Hamurábi às redes digitais, a clareza da mensagem sempre determinou a força das instituições e a estabilidade das relações. No ambiente corporativo, não é diferente. Comunicação clara e objetiva não é detalhe, é a engrenagem que sustenta a confiança, reduz conflitos e acelera resultados.

Ruídos de comunicação custam caro. Um estudo da *Holmes Report* estimou que empresas perdem, em média, 37 bilhões de dólares por ano devido a falhas na comunicação entre gestores e equipes. Esse número evidencia o óbvio: quando mensagens não são transmitidas de forma precisa, projetos atrasam, relações se desgastam e a produtividade se dissolve.

Para reduzir ruídos, o primeiro passo é a simplicidade. Palavras complicadas ou frases longas confundem. A linguagem objetiva facilita a compreensão e evita interpretações equivocadas. Falar o necessário, sem excesso, transmite profissionalismo. Aqui, aplica-se a máxima de Antoine de Saint-Exupéry: “A perfeição é alcançada não quando não há mais nada a acrescentar, mas quando não há mais nada a retirar”.

Outro aspecto fundamental é a escuta ativa. Comunicação não é apenas transmitir, mas também compreender. Escutar com atenção, sem interromper, garante que a mensagem seja assimilada corretamente e cria um ambiente de respeito. Um líder que escuta transmite segurança e reduz a necessidade de repetição.

Além disso, saber pedir é tão importante quanto saber responder. Solicitações vagas geram respostas vagas. Um pedido claro contém três elementos: o que deve ser feito, em qual prazo e com quais recursos. Responder com clareza exige confirmar o entendimento, apontar limites e, se necessário, negociar prazos. Essa troca transparente cria previsibilidade e confiança.

Ferramentas digitais também são aliadas nesse processo. Plataformas como *Slack*, *Microsoft Teams* ou *Trello* permitem registrar decisões e reduzir ambiguidades. *E-mails* bem estruturados, com tópicos e objetivos claros, evitam a dispersão de informações. Documentos compartilhados no *Google Docs* ou *Notion* centralizam dados e impedem que versões conflitantes circulem. A tecnologia, usada com disciplina, transforma-se em antídoto contra ruídos.

Outro ponto prático é o uso de *feedback* imediato. Quando uma mensagem não foi clara, a correção deve ser feita na hora, antes que a confusão se torne problema maior. Isso exige coragem para questionar e humildade para ajustar. *Feedback* não é confronto, é mecanismo de alinhamento.

Treinamentos também são estratégicos. Investir em *workshops* de comunicação não é custo, mas investimento em produtividade. Ao desenvolver habilidades de oratória, redação profissional e comunicação digital, empresas capacitam seus colaboradores para reduzir mal-entendidos e aumentar a eficiência.

Além disso, reuniões devem ser objetivas. Muitas empresas desperdiçam horas em encontros sem pauta clara. A prática correta envolve definir previamente os objetivos, registrar os principais pontos e distribuir responsabilidades ao final. Reuniões curtas e bem direcionadas são exemplos de comunicação eficiente.

Em conclusão, a comunicação clara e objetiva é alicerce de toda organização que busca eficiência. Reduz ruídos, acelera processos e fortalece a confiança. É prática que exige disciplina, ferramentas adequadas e disposição para ouvir e ajustar.

(Por: Gabriela Moraes Oliveira. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/mundo-business/>. Acesso em: janeiro de 2026)

Questão 01

A regência verbal compreende a relação entre verbo e seu complemento. Considerando as regras de regência prescritas pela gramática normativa da língua portuguesa, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Em “confirmar o entendimento” (5º§), o verbo “confirmar” possui regência direta, tendo “o entendimento” como seu objeto direto.
- B) Em “A prática correta envolve definir previamente os objetivos” (9º§), o verbo “definir” é transitivo direto, regendo o complemento “os objetivos” sem auxílio de preposição.
- C) Se a autora utilizasse o verbo “assistir” com o sentido de “ajudar”, no 6º§, a regência correta seria: “A tecnologia [...] transforma-se em antídoto contra ruídos e assiste os colaboradores”.
- D) No trecho “transforma-se em antídoto contra ruídos” (6º§), a supressão do pronome “se” preservaria a correção gramatical e a regência original, uma vez que o verbo “transformar” é essencialmente transitivo direto.

Questão 02

A autora inicia o 5º§ e o 9º§ com a expressão “além disso”. O termo que pode introduzir o 9º§ sem alterar a sua relação semântica de sentido com o parágrafo anterior é:

- A) Ademais.
- B) Entretanto.
- C) Porquanto.
- D) Conquanto.

Questão 03

Em “Quando uma mensagem não foi clara, a correção deve ser feita na hora, antes que a confusão se torne problema maior.” (7º§), quanto ao valor semântico-sintático do trecho sublinhado, é correto afirmar que:

- A) Completa o sentido da locução verbal “deve ser”.
- B) Indica o objetivo ou a finalidade da correção imediata da mensagem.
- C) Expressa a consequência inevitável de uma mensagem que não foi clara.
- D) Indica o limite de tempo ou a circunstância cronológica em que a correção deve ocorrer.

Questão 04

No 8º§, a autora utiliza o termo “mal-entendidos”. Considerando as regras oficiais de ortografia vigentes e o uso do hífen com os prefixos “mal” e “bem”, assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- A) Mal-formado; mal-estar; bem-dizente; bem-visto.
- B) Mal-visto; mal-estar; bem-aventurado; bem-querer.
- C) Mal-educado; mal-humorado; bem-visto; bem-sucedido.
- D) Mal-feito; mal-intencionado; bem-me-quer; bem-conceituado.

Questão 05

Quanto à concordância, considerando os fragmentos retirados do texto e suas respectivas afirmações, assinale a afirmativa correta.

- A) No trecho: “Plataformas como Slack, Microsoft Teams ou Trello permitem registrar decisões [...]” (6º§), o verbo “permitir” está no plural porque o sujeito é composto.
- B) No trecho “Muitas empresas desperdiçam horas em encontros [...]” (9º§), o adjetivo “muitas” concorda com “empresas”; se a frase fosse reescrita como “Mais de uma empresa desperdiçaram horas”, a concordância estaria correta devido à ideia de pluralidade.
- C) Em “A prática correta envolve definir previamente os objetivos, [...]” (9º§), o adjetivo “correta” concorda em gênero e número com o substantivo “prática”; se o sujeito fosse “os exercícios e a prática”, o adjetivo deveria permanecer obrigatoriamente no singular, para manter a clareza da informação.
- D) Em “A tecnologia, usada com disciplina, transforma-se em antídoto [...]” (6º§), o particípio “usada” concorda com o substantivo “tecnologia”; se o trecho fosse “A tecnologia e o rigor, usados com disciplina”, a concordância estaria correta, pois o masculino plural prevalece no caso de substantivos de gêneros diferentes.

Questão 06

Ao longo do texto, o autor estabelece uma relação de causa e consequência para fundamentar o seu argumento. Nesse contexto, assinale a alternativa em que essa relação é apresentada corretamente, de acordo com as informações textuais.

- A) Causa: implementação de ferramentas como Slack e Trello. Consequência: substituição da disciplina humana por processos automatizados e extinção de ambiguidades.
- B) Causa: aporte financeiro em programas de treinamento e workshops. Consequência: mitigação total dos custos operacionais e conversão imediata de falhas em lucro líquido.
- C) Causa: ineficiência no fluxo informacional entre lideranças e equipes. Consequência: comprometimento do capital financeiro institucional e desgaste do capital social e relacional.
- D) Causa: formulação de solicitações diretas com prazos e recursos definidos. Consequência: promoção de um ambiente de imprevisibilidade e necessidade de *feedbacks* constantes.

Questão 07

No 3º §, ao inserir a máxima de Antoine de Saint-Exupéry, o autor estabelece um critério de eficácia comunicativa alinhado à argumentação desenvolvida no texto. Nesse contexto, a noção de “perfeição” relaciona-se à:

- A) Organização discursiva que prioriza a ampliação progressiva das informações para garantir completude temática.
- B) Habilidade de síntese, em que a eficácia é medida pela ausência de elementos supérfluos que possam gerar ruídos.
- C) Necessidade de retirar informações críticas, para que o interlocutor busque diálogo expressando o seu posicionamento crítico.
- D) Estratégia de omissão deliberada de dados secundários, a fim de estimular inferências autônomas por parte do interlocutor.

Questão 08

Considere as relações semânticas e o sentido do vocábulo “antídoto” em “A tecnologia, usada com disciplina, transforma-se em antídoto contra ruídos.” (6º§). Sobre o termo em evidência, assinale a afirmativa correta.

- A) A palavra pode ser substituída, sem alteração de sentido, pelo vocábulo “paliativo”.
- B) O termo resgata um significado em desuso na língua portuguesa para conferir formalidade à linguagem textual.
- C) Há uma relação semântica de antonímia implícita com o termo “ruídos”, representando aquilo que neutraliza ou elimina um agente nocivo ao processo.
- D) Seu emprego, nesse contexto, preserva o sentido farmacológico de substância que combate venenos para validar o argumento científico do texto.

Questão 09

A correta partição silábica e a classificação dos encontros vocálicos são essenciais para a translineação de palavras durante a escrita de textos. Nesse contexto, assinale a alternativa em que a análise dos termos do texto está correta.

- A) Na palavra “questionar” (7º§), ocorre um ditongo crescente, o que justifica a separação silábica (*ques-tio-nar*).
- B) O termo “ambiente” (1º§) deve ser dividido silabicamente como *am-bi-en-te*, apresentando um ditongo crescente.
- C) Na palavra “ruídos” (2º§), ocorre um hiato, o que justifica tanto a sua separação silábica (*ru-í-dos*) quanto a acentuação gráfica da vogal “i”.
- D) As palavras “história” (*his-tó-ri-a*) (1º§) e “evidencia” (*e-vi-den-ci-a*) (2º§) apresentam, respectivamente, um hiato e um ditongo crescente.

Questão 10

Analise o emprego das classes de palavras dos termos destacados no seguinte fragmento: “Um estudo da Holmes Report estimou que empresas perdem, em média, 37 bilhões de dólares por ano devido a falhas na comunicação entre gestores e equipes. Esse número evidencia o óbvio: [...]” (2º§). Diante do exposto, assinale a alternativa que descreve corretamente a morfologia e o papel gramatical dos termos destacados.

- A) O termo “óbvio” é um adjetivo que, no contexto em análise, passa a funcionar como substantivo.
- B) “Óbvio” é um advérbio de intensidade, pois reforça o sentido do verbo “evidenciar” na oração em que se insere.
- C) O termo “falhas” é um substantivo comum que atua como núcleo do complemento nominal da expressão “devido a”.
- D) “Falhas” é um verbo flexionado na segunda pessoa do singular, indicando a ação contínua de errar dentro das empresas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questão 11**

Em um Conselho Regional de Contabilidade (CRC) foi feito um levantamento entre os servidores de dois setores: registro profissional e fiscalização. Considere que cada servidor trabalha em um único setor. Os dados obtidos foram:

- 42 servidores atuam no setor de registro profissional;
- 30 servidores utilizam certificado digital próprio para o trabalho;
- 38 servidores da fiscalização não utilizam certificado digital próprio; e
- 12 servidores do registro profissional utilizam certificado digital próprio.

Com base nessas informações, quantos servidores não utilizam certificado digital próprio ou trabalham no setor de registro profissional?

- A) 68.
- B) 72.
- C) 76.
- D) 80.

Questão 12

Durante um curso de capacitação promovido por determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), 280 participantes estiveram presentes. Desses, 40 eram palestrantes convidados e não pagaram inscrição. As inscrições antecipadas custavam R\$ 50,00, enquanto as realizadas no dia do evento custavam R\$ 80,00. Sabendo que o total arrecadado com as inscrições foi de R\$ 16.800,00, quantos participantes se inscreveram no dia do evento?

- A) 80.
- B) 120.
- C) 160.
- D) 200.

Questão 13

Em determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC) 6 servidores do setor administrativo conseguem analisar 90 processos em 5 dias, mantendo um ritmo constante de trabalho. Posteriormente, o conselho decide reforçar a equipe e ampliar o prazo. Se 10 servidores, trabalhando no mesmo ritmo, atuarem durante 12 dias, quantos processos administrativos poderão ser analisados nesse período?

- A) 300.
- B) 360.
- C) 420.
- D) 480.

Questão 14

No arquivo físico de determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC) há 40 processos administrativos. Cada processo pode estar em apenas uma de duas situações: ativo ou arquivado. Um servidor afirmou: “a quantidade de processos ativos é o triplo da quantidade de processos arquivados”. Para verificar se essa afirmação é verdadeira ou falsa, outro servidor passou a analisar, aleatoriamente, todos os processos. Assim, ele retirou, um a um, cada processo sem recolocá-lo no arquivo. Nesse contexto, conclui-se que a afirmação do servidor é necessariamente falsa se, em determinado momento, forem encontrados, exatamente:

- A) 28 processos ativos.
- B) 30 processos ativos.
- C) 9 processos arquivados.
- D) 11 processos arquivados.

Questão 15

Durante a organização de um mutirão de atualização cadastral em determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), três setores administrativos – setor A, setor B e setor C – registraram atendimentos a profissionais da área contábil. Ao final do dia, foram contabilizados 1.500 atendimentos. Verificou-se que o setor A realizou 180 atendimentos a mais que o setor C, enquanto o setor B realizou o dobro dos atendimentos do setor C. Com base nessas informações, pode-se concluir que:

- A) O setor A realizou 480 atendimentos.
- B) O setor B realizou 690 atendimentos.
- C) O setor C realizou 330 atendimentos.
- D) O setor B realizou 360 atendimentos a mais que o setor C.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO CORRELATA**Questão 16**

De acordo com as disposições da Lei nº 9.784/1999, a respeito da decisão coordenada, assinale a afirmativa correta.

- A) A Lei Federal nº 9.784/1999 prevê a habilitação de interessados a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, embora sem a hipótese de direito à voz nas reuniões.
- B) A decisão coordenada é aplicável aos processos administrativos de licitação e àqueles relacionados ao poder administrativo sancionador, desde que haja relevância da matéria e a participação de mais de um órgão administrativo.
- C) A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida, as decisões devem ser consolidadas em ata contendo a síntese dos fundamentos e teses referentes ao objeto da convocação.
- D) A decisão coordenada pressupõe a delegação de competência dos órgãos participantes para um coordenador único e titular, que passará a ter poder de decisão para representar os demais sobre o mérito, conferindo celeridade ao processo administrativo.

Questão 17

O CRCCE realizou um processo licitatório para a contratação de serviços contínuos de manutenção predial e suporte administrativo, com previsão de dedicação exclusiva de mão de obra. Após a homologação, a administração convocou a empresa vencedora para assinar o termo de contrato. Durante a fase de formalização, surgiu uma questão sobre a eficácia do instrumento e a possibilidade de fixação do prazo de vigência, ensejo em que os responsáveis envolvidos dialogaram sobre o assunto. Considerando que o Conselho possui dotação orçamentária plurianual garantida para os próximos exercícios e, com base nas disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a afirmativa correta.

- A) Tratando-se de serviços contínuos, o CRCCE poderá firmar o contrato com prazo de vigência inicial de até cinco anos, desde que haja previsão no edital e a autoridade comprove que a manutenção do contrato é mais vantajosa.
- B) O prazo de vigência contratual de serviços contínuos, como o de suporte administrativo, deve, obrigatoriamente, coincidir com o ano civil e com o exercício financeiro, sendo vedada a fixação de vigência que ultrapasse o dia 31 de dezembro do ano da assinatura do contrato.
- C) Para que o contrato administrativo de manutenção predial do CRCCE produza efeitos jurídicos e tenha eficácia, a administração deve providenciar a sua publicação em extrato no Diário Oficial da União (DOU) no prazo de dez dias corridos; condição indispensável prevista na Lei nº 14.133/2021.
- D) Nas contratações de serviços de manutenção, cuja entrega seja imediata e o valor não ultrapasse o limite de dispensa de licitação por valor, o CRCCE está dispensado de formalizar o ajuste, podendo substituí-lo pela comunicação por *e-mails*, sem necessidade de outro documento formal, primando a Lei nº 14.133/2021 pelo princípio da eficiência nas licitações públicas.

Questão 18

A organização administrativa do Estado brasileiro pauta-se pela distribuição de competências para melhor atender ao interesse público. A doutrina clássica diferencia os mecanismos de distribuição interna de atribuições (dentro da mesma pessoa jurídica) daqueles que envolvem a criação de novos entes. Considerando a natureza jurídica dos Conselhos de Fiscalização Profissional, como o CRCCE, e, ainda, a teoria da organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) O caso específico de um Conselho Regional de Contabilidade configura exemplo de desconcentração administrativa, visto que há transferência de titularidade do serviço, mas mantém-se a subordinação hierárquica ao Ministério competente ou órgão equivalente estipulado pela União.
- B) A relação existente entre o Conselho Federal de Contabilidade e o CRCCE se perfaz pela centralização administrativa, pois integram a mesma pessoa jurídica (União), não possuindo os Conselhos autonomia administrativa ou financeira próprias; ambos dependendo em plenitude do orçamento fiscal federal.
- C) O fenômeno da descentralização por serviços, ou por outorga, ocorre quando o Estado cria, por meio de lei, uma pessoa jurídica de direito público (como uma autarquia), transferindo-lhe a titularidade e a execução de determinado serviço público sem que haja relação de hierarquia, embora exista controle finalístico.
- D) A descentralização por colaboração, ou por delegação, é o mecanismo jurídico utilizado para a criação das autarquias e fundações públicas, transferindo-se apenas a execução do serviço, e mantendo-se a titularidade com a Administração direta, o que permite a retomada do serviço a qualquer tempo, sem necessidade de lei permissiva.

Questão 19

O auxiliar administrativo de determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), ao analisar processos de pagamentos de diárias referentes a viagens a trabalho pelo CRC, identifica indícios de desvio de finalidade e malversação de recursos públicos. Ele comunica o fato ao superior hierárquico responsável pelo Sistema de Controle Interno do Conselho. Compreendendo que a sistemática constitucional (CF/1988) imputa deveres específicos aos responsáveis pelo controle interno ao tomarem conhecimento de tais irregularidades, assinale a alternativa que descreve a conduta constitucionalmente prevista.

- A) Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, os responsáveis pelo controle interno darão ciência ao Tribunal de Contas da União (TCU), sob pena de responsabilidade solidária.
- B) Para o caso das autarquias profissionais, a exemplo do CRC, o controle externo que está a cargo do Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), substitui a necessidade de um sistema de controle interno.
- C) Os responsáveis pelo controle interno deverão apurar a irregularidade em sigilo, sendo vedada a comunicação ao Tribunal de Contas da União (TCU) para não violar a autonomia administrativa, constitucionalmente garantida aos Conselhos Profissionais.
- D) O dever de informar ao Tribunal de Contas da União (TCU) restringe-se a atos do Presidente do Conselho, de modo que as irregularidades de responsabilidade dos demais conselheiros e servidores serão submetidas, estritamente, ao controle administrativo interno.

Questão 20

No exercício de suas funções no setor de licitações de determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), um auxiliar administrativo observa que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma auditoria e assinou prazo para que o Conselho adotasse providências visando ao exato cumprimento da lei sobre um contrato de prestação de serviços de limpeza, que apresentava flagrantes sobrepreços. O Conselho, contudo, permaneceu inerte após o decurso do prazo. Diante do não cumprimento da determinação do TCU por parte do CRC, conforme a disciplina constitucional sobre controle externo, assinale a alternativa que descreve a correta competência do TCU.

- A) A competência taxativa para sustar diretamente a execução do contrato administrativo irregular é do TCU, que comunicará a decisão imediatamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- B) Em razão do descumprimento, cabe ao TCU declarar a inconstitucionalidade da lei que fundamentou o contrato administrativo, agindo como órgão concorrente ao Supremo Tribunal Federal (STF), nesse caso especial.
- C) O TCU possui poderes de investigação próprios de autoridades judiciais e, em situações especiais, pode decretar prisões de responsáveis pelo descumprimento de suas determinações, uma vez que suas decisões têm eficácia de título executivo judicial.
- D) Em casos de contrato, a competência constitucional para sustar é direta do Congresso Nacional que, de imediato, solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Em análises específicas do contrato, jurisprudência do STF compreende que os Tribunais de Contas e as Casas Legislativas deverão trabalhar de forma colaborativa e complementar.

LEGISLAÇÃO DO CRCCE**Questão 21**

Mariana é contadora registrada no CRCCE e possui seu domicílio profissional em Fortaleza, onde dirige a parte principal de suas atividades como sócia de uma organização contábil. Recentemente, ela foi contratada para realizar uma auditoria específica em determinada empresa sediada em Natal, com duração máxima de dez dias, sem que isso implique a alteração de seu domicílio profissional. Com base na Resolução CFC nº 1.707/2023, assinale a alternativa que descreve corretamente as obrigações de Mariana para a execução regular desse serviço.

- A) Mariana poderá realizar o serviço mantendo seu registro originário no CRCCE, porém é obrigatória a comunicação prévia ao CRCRN, de forma eletrônica, por intermédio do site do CRCCE.
- B) Mariana deverá obter um registro secundário no CRCRN, pagando uma taxa proporcional de anuidade ao Conselho de destino para cada serviço eventual realizado fora de sua jurisdição.
- C) Por se tratar de prestação de serviço em outro estado, Mariana deve solicitar o Registro Transferido para a jurisdição do CRCRN, alterando seu número de registro original para incluir a letra "T".
- D) O exercício da profissão fora da jurisdição de origem é livre e prescinde de qualquer comunicação ou formalidade junto aos Conselhos Regionais, desde que a anuidade de Mariana esteja quitada no CRCCE.

Questão 22

De acordo com o Regimento Interno do CRCCE – Resolução CRCCE nº 817/2024, analise as afirmativas a seguir.

- I. O CRCCE tem sua sede e foro estabelecidos na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará.
- II. O mandato dos Conselheiros, tanto efetivos quanto suplentes, possui a duração de quatro anos.
- III. O exercício do mandato de Conselheiro é remunerado mensalmente, sendo vedada a acumulação com outros cargos públicos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 23

Determinado auxiliar administrativo, recém-admitido no CRCCE, foi designado para auxiliar na triagem de documentos oficiais. Para organizar os arquivos corretamente, ele precisa identificar a natureza dos órgãos do Conselho. De acordo com o Regimento Interno da autarquia, ao processar um processo da Câmara de Registro e um despacho da Presidência, o auxiliar deve classificá-los, respectivamente, como:

- A) Órgão Deliberativo Superior e Órgão Consultivo.
- B) Órgão Executivo e Órgão Deliberativo Específico.
- C) Órgão Deliberativo Específico e Órgão Executivo.
- D) Órgão Consultivo e Órgão Deliberativo Superior.

Questão 24

A empresa “Contabilmente Ltda.” está em processo de constituição para explorar atividades contábeis no estado do Ceará, com sede na cidade de Fortaleza. O quadro societário é composto por Bruno, contador registrado e regular no CRCCE, que detém cinquenta e cinco por cento do capital social, e por um escritório de advocacia devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que detém os quarenta e cinco por cento restantes. A sociedade tem a atividade contábil expressamente prevista em seus objetivos sociais. Com base na Resolução CFC nº 1.708/2023. Quanto ao registro dessa organização, assinale a afirmativa correta.

- A) O registro será concedido, visto que a organização possui a atividade contábil entre seus objetivos e o profissional da contabilidade é detentor da maioria do capital social.
- B) Caso os sócios decidissem converter a natureza jurídica da empresa para Sociedade Anônima (S/A), o registro no CRCCE permaneceria garantido, desde que Bruno fosse o acionista majoritário.
- C) Por se tratar da primeira sede da empresa em Fortaleza, o CRCCE deverá conceder um “Registro de Filial”, ficando o “Registro Originário” reservado apenas para empresas com mais de dez anos de atuação.
- D) O registro da organização será obrigatoriamente indeferido pelo CRCCE, pois a norma proíbe a participação de sócios que não sejam profissionais da contabilidade no capital social de empresas contábeis.

Questão 25

Um recém-formado em ciências contábeis procura o balcão de atendimento do CRCCE para obter informações sobre como ingressar legalmente no mercado de trabalho. Ele questiona se o Conselho possui autoridade legal para emitir sua carteira de identidade profissional e formalizar seu registro para trabalhar no estado. Com base no que dispõe o Regimento Interno da autarquia, assinale a afirmativa correta.

- A) O CRCCE não possui competência para conceder registros profissionais, atuando apenas na fiscalização de empresas já registradas.
- B) Compete ao CRCCE processar e conceder o registro de contador e técnico em contabilidade, bem como expedir a respectiva identidade profissional.
- C) O Conselho tem a função exclusiva de indicar profissionais para vagas de emprego, não possuindo poder para cancelar registros de profissionais ativos.
- D) A expedição da identidade profissional é uma atribuição exclusiva do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), cabendo ao CRCCE apenas o recebimento da taxa.

Questão 26

A empresa “I-Perícia Ltda.”, devidamente registrada no CRCCE possui em seu quadro técnico Roberto, técnico em contabilidade regularmente registrado. Em janeiro de 2026, a empresa o designou para realizar uma perícia judicial relativa a haveres societários. Simultaneamente, a fiscalização do Conselho constatou que Helena, contadora registrada originalmente no CRCRJ, presta serviços na sede dessa empresa, no Ceará, de forma ininterrupta há cento e vinte dias, sem que sua carteira profissional tenha sido submetida ao visto do Presidente do CRCCE. Com base exclusivamente nas disposições do Decreto-Lei nº 9.295/1946, assinale a alternativa que descreve corretamente a situação jurídica e as possíveis sanções.

- A) Apenas a empresa I-Perícia Ltda. pode ser penalizada com multa, visto que a responsabilidade pelos atos técnicos de seus funcionários é exclusivamente da pessoa jurídica.
- B) Roberto comete infração passível de cassação imediata do registro; Helena está isenta de visto, devendo apenas comunicar por escrito ao CRCRJ a sua permanência temporária no Ceará até o final do ano civil.
- C) Roberto exerce atribuição privativa de contador, sujeitando-se à penalidade de multa; Helena está em situação irregular, pois o exercício da profissão em novo domicílio por prazo superior a noventa dias obriga o visto na carteira profissional.
- D) Roberto não comete infração, pois o registro ativo como técnico em contabilidade permite a execução de perícias judiciais; Helena está em situação regular, pois o visto na carteira profissional só é exigido para períodos superiores a cento e oitenta dias.

Questão 27

Nos termos da Resolução CFC nº 1.612/2021 (Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade), é competência específica dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal:

- A) Funcionar como Tribunal Superior de Ética e Disciplina (TSED).
- B) Elaborar, aprovar e alterar as Normas Brasileiras de Contabilidade de Natureza Técnica e Profissional.
- C) Processar, conceder, organizar, manter, baixar, revigorar e cancelar os registros de contador, técnico em contabilidade e organização contábil.
- D) Regular sobre os critérios e os valores das anuidades devidas pelos contadores, pelos técnicos em contabilidade e pelas organizações contábeis.

Questão 28

De acordo com o Capítulo I do Decreto-Lei nº 9.295/1946, que dispõe sobre a organização e as atribuições do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete ao Conselho Federal de Contabilidade decidir, em última instância, recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais.
- B) O mandato dos membros do Conselho Federal de Contabilidade é de cinco anos, sendo permitida a renovação integral do colegiado ao fim de cada período.
- C) A renda do Conselho Federal de Contabilidade é constituída pela totalidade da renda bruta arrecadada por cada Conselho Regional, excluídos doações e legados, mas não as subvenções.
- D) Os Conselhos Regionais possuem autonomia plena para organizar e aplicar seus Regimentos Internos, sem qualquer necessidade de submetê-los à apreciação ou modificação pelo Conselho Federal.

Questão 29

Rafael, contador devidamente registrado, durante um processo de fiscalização do CRCCE, teve duas condutas graves apuradas. Primeiro, restou comprovado que Rafael foi o responsável técnico por falsificar documentos que assinou com o objetivo direto de fraudar rendas públicas. Segundo, em um processo administrativo paralelo, ficou demonstrada a apropriação indevida de valores vultosos de um cliente que haviam sido confiados à sua guarda. Além disso, consta nos registros do Conselho que Rafael possui uma multa confirmada e não paga há quarenta e cinco dias após a devida notificação. Com base exclusivamente nas disposições correlatas do Decreto-Lei nº 9.295/1946, assinale a alternativa que descreve corretamente a aplicação das penalidades para Rafael.

- A) Pela apropriação indevida de valores de clientes, Rafael poderá sofrer a pena de cassação do exercício profissional, mas essa sanção exige a homologação por dois terços do Plenário do Tribunal Superior de Ética e Disciplina.
- B) A falsificação de documentos para fraudar rendas públicas sujeita Rafael à penalidade de cassação do exercício profissional automática, independentemente de homologação por órgãos superiores, devido à gravidade da lesão ao erário.
- C) Caso Rafael apresente apenas incapacidade técnica comprovada no desempenho de suas funções, sem dolo de fraude, a penalidade aplicável será a de advertência reservada, não sendo permitida, nessa hipótese, a suspensão do exercício da profissão.
- D) A suspensão do exercício profissional pela falsificação de documentos técnicos voltada à fraude de rendas públicas possui o prazo fixo e improrrogável de cento e oitenta dias, o mesmo prazo aplicado pela falta de pagamento da multa confirmada.

Questão 30

Com base no Decreto-Lei nº 1.040/1969, sobre a estrutura e o funcionamento dos Conselhos de Contabilidade, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade serão obrigatoriamente compostos por profissionais contadores e, no mínimo, por um representante dos técnicos em contabilidade, eleito no pleito destinado à renovação de dois terços do Plenário.
- () Aos servidores que atuam nos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade aplica-se, por força de lei, o regime jurídico estatutário próprio dos servidores públicos civis da União.
- () Os ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) integram o Plenário como membros honorários, possuindo pleno direito à voz e ao voto nas sessões deliberativas.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, F, V.
- C) V, F, F.
- D) F, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONHECIMENTOS DO EMPREGO****Questão 31**

“Designa o conjunto de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, criadas ou autorizadas por lei, para desempenhar atividades assumidas pelo Estado, seja como serviço público, seja a título de intervenção no domínio econômico.” As informações se referem à Administração:

- A) Pública direta.
- B) Pública indireta.
- C) Pública centralizada.
- D) Pública desconcentrada.

Questão 32

Determinado servidor público federal participa de um processo seletivo interno para ocupar função comissionada em certo ministério. Após a divulgação do resultado preliminar, constata sua desclassificação sem qualquer indicação dos critérios objetivos adotados ou dos motivos concretos que ensejaram sua exclusão. Inconformado, interpõe recurso administrativo, no qual apresenta argumentos específicos sobre sua qualificação e pontuação. O recurso, contudo, é indeferido por despacho genérico, que se limita a afirmar que a decisão foi tomada “no interesse da Administração”, sem explicitar os fundamentos de fato e de direito, tampouco enfrentar as razões recursais apresentadas ou considerar as consequências práticas da medida, embora a desclassificação acarrete perda remuneratória e reflexos na progressão funcional do servidor. Com base nos princípios que regem a Administração Pública e, ainda, considerando a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- A) O caso descrito viola exclusivamente o Princípio da Publicidade, pois a Administração não promoveu a adequada divulgação dos critérios e razões que embasaram a decisão administrativa.
- B) O caso descrito não exemplifica violação aos princípios da Administração Pública, pois a escolha para funções comissionadas insere-se no âmbito da discricionariedade administrativa, dispensando fundamentação explícita.
- C) O caso descrito afronta, de forma predominante, o Princípio da Legalidade, na medida em que a inexistência de justificativa explícita inviabiliza o controle da conformidade do ato com o ordenamento jurídico e compromete sua validade formal.
- D) O caso descrito apresenta exemplo de violação do Princípio da Motivação, uma vez que a Administração Pública deixou de indicar os fundamentos de fato e de direito da decisão, bem como de analisar as razões recursais apresentadas pelo servidor.

Questão 33

Considere que o município Alfa enfrenta filas na rede pública de saúde e restrição orçamentária. Nesse cenário, a Administração identifica processos internos excessivamente burocráticos e servidores com desempenho insatisfatório. Diante disso, simplifica procedimentos, implanta sistema eletrônico e realiza avaliações periódicas de desempenho, promovendo exoneração por insuficiência funcional, nos termos legais. No mesmo exercício, surge a possibilidade de construir um monumento urbano, regularmente licitado, ou reformar unidades básicas de saúde. Embora ambas as opções sejam legais, a Administração destina os recursos à saúde, por atender de forma mais adequada ao interesse coletivo. Nesse contexto, o caso hipotético representa corretamente um exemplo de aplicação de quais princípios da Administração Pública?

- A) Eficiência e Moralidade.
- B) Legalidade e Publicidade.
- C) Eficácia e Ética Administrativa.
- D) Economicidade e Impessoalidade.

Questão 34

Joana é servidora de um órgão federal e atua no atendimento ao público e na tramitação de processos administrativos. No exercício de suas funções, atende os cidadãos de forma respeitosa, fornece as informações permitidas pela legislação e cumpre rigorosamente os prazos estabelecidos. Ao identificar falhas recorrentes na utilização de materiais do setor, comunica o fato à chefia imediata. Em determinada ocasião, recusou-se a cumprir orientação superior que contrariava norma expressa e registrou formalmente o ocorrido pelos canais institucionais, mantendo a confidencialidade das informações sob sua responsabilidade. Nesse contexto, são considerados deveres do servidor público, corretamente ilustrado pelo caso hipotético e previstos na legislação, EXCETO:

- A) Adotar comportamento funcional dissociado dos padrões éticos exigidos pela moralidade administrativa.
- B) Comunicar à autoridade hierarquicamente superior as irregularidades de que tenha conhecimento em razão do exercício do cargo.
- C) Atuar em estrita conformidade com o ordenamento jurídico e com os atos normativos que regem o exercício das atribuições funcionais.
- D) Preservar a confidencialidade das informações internas da repartição, abstendo-se de divulgá-las fora das hipóteses legalmente autorizadas.

Questão 35

Determinada autarquia pública federal, responsável por um setor estratégico, apresenta elevado cumprimento de rotinas administrativas, mas enfrenta críticas recorrentes quanto à lentidão na entrega dos serviços, à baixa previsibilidade dos prazos e à dificuldade de demonstrar os impactos de suas ações para a sociedade. Em resposta, a alta administração decide adotar práticas alinhadas à gestão por resultados, com foco no aprimoramento da produção de serviços públicos. Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que a gestão por resultados:

- A) Dispensa a observância da legalidade administrativa, uma vez que a eficiência e a efetividade justificam maior discricionariedade gerencial.
- B) Limita-se à avaliação financeira das políticas públicas, sendo inadequada para mensurar a qualidade e o impacto dos serviços prestados ao cidadão.
- C) Concentra-se no rigoroso controle dos procedimentos e dos meios utilizados, assegurando conformidade normativa como principal indicador de desempenho institucional.
- D) Pressupõe a definição de objetivos claros, indicadores de desempenho, metas mensuráveis e mecanismos de monitoramento, vinculando a atuação administrativa aos resultados entregues à sociedade.

Questão 36

Determinada autarquia federal passa por processo de reestruturação institucional. O diagnóstico interno aponta que, apesar da observância rigorosa de normas e procedimentos formais, há baixa capacidade de inovação, pouca integração entre áreas, foco excessivo em controles de meios e dificuldades na avaliação de resultados das políticas públicas. Em resposta, a alta gestão propõe mudanças inspiradas em modelos contemporâneos de Administração Pública, sem afastar completamente as exigências legais e de controle. Considerando a evolução da Administração Pública no Brasil após 1930, analise as afirmativas a seguir.

- I. As características identificadas no diagnóstico refletem predominantemente traços do modelo burocrático, consolidado no Brasil a partir da Era Vargas, com ênfase na legalidade, hierarquia e padronização de procedimentos.
- II. A proposta de incorporar avaliação de resultados, evidência no desempenho e maior flexibilidade gerencial aproxima-se dos pressupostos do modelo gerencial, introduzido no Brasil especialmente a partir da década de 1990.
- III. A adoção de práticas de governança, participação social e coordenação em rede caracteriza o chamado modelo societal, que busca complementar – e não substituir integralmente – os modelos burocrático e gerencial.
- IV. A transição para modelos gerenciais e societários implica a eliminação dos controles formais e da legalidade administrativa, considerados incompatíveis com a eficiência no setor público.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 37

Considere, hipoteticamente, que o Município Alfa arrecada, anualmente, valores significativos por meio do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), tributo de sua competência constitucional. Durante a campanha eleitoral, o prefeito eleito comprometeu-se a destinar cem por cento da arrecadação do IPTU para a construção e manutenção de praças públicas, assumindo publicamente que esse imposto teria aplicação obrigatória e específica. Ainda, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, o Município Alfa prevê receitas provenientes de diversas fontes, como IPTU, taxas municipais, transferências constitucionais, além de recursos administrados por um fundo municipal de meio ambiente vinculado à secretaria municipal de meio ambiente, bem como despesas executadas por uma fundação municipal. Durante o processo de elaboração da LOA, o Poder Executivo decide não incluir no orçamento as receitas e despesas do fundo municipal de meio ambiente, sob o argumento de que se tratam de recursos “carimbados” e de gestão específica, que não transitariam pelo orçamento geral do município. De acordo com o caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) A promessa de destinar o IPTU à finalidade específica configura afronta ao princípio da legalidade, enquanto a exclusão das receitas do fundo municipal da LOA viola o princípio da exclusividade.
- B) A vinculação da arrecadação do IPTU à finalidade específica viola o princípio da não afetação de receitas, enquanto a exclusão das receitas e despesas do fundo municipal da LOA representa inobservância do princípio da universalidade.
- C) A vinculação do IPTU à finalidade específica é compatível com o princípio da eficiência administrativa, ao direcionar recursos para políticas públicas prioritárias, e a não inclusão do fundo municipal na LOA afronta o princípio da transparência.
- D) A destinação integral da arrecadação do IPTU para a construção e manutenção de praças públicas encontra respaldo no princípio da programação, ao estabelecer prioridade governamental, enquanto a não inclusão das receitas e despesas do fundo municipal na LOA caracteriza violação ao princípio da unidade.

Questão 38

Considere, hipoteticamente, que o Estado Gama constata que determinada empresa privada vem realizando o lançamento de resíduos tóxicos em um rio responsável pelo abastecimento de diversos municípios, em desacordo com a legislação ambiental vigente. Após a apuração dos fatos em procedimento administrativo regularmente instaurado pelo órgão ambiental estadual, é fixado o pagamento obrigatório do valor de R\$ 2.000.000,00 pela empresa responsável pela conduta. O valor devido é exigido de forma compulsória pelo Estado, arrecadado pelo ente público e, posteriormente, recolhido aos cofres estaduais, passando a integrar o conjunto de recursos financeiros disponíveis para a realização das despesas públicas. De acordo com os conceitos de Administração Financeira Orçamentária, tal receita pode ser corretamente classificada como:

- A) Receita patrimonial, proveniente da exploração indireta de bem público ambiental.
- B) Receita de capital extraordinária, por decorrer de evento eventual e não associado à arrecadação regular do Estado.
- C) Receita corrente temporária, caracterizada como ingresso não definitivo decorrente de atuação administrativa estatal.
- D) Receita derivada do patrimônio particular, de caráter coercitivo, exigida pelo Estado no exercício de suas competências.

Questão 39

Considere, hipoteticamente, que o município XR está elaborando sua Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. Na secretaria municipal de saúde, o orçamento prevê dotação de: R\$ 100.000,00 para despesas gerais da secretaria de saúde. Além disso, considere que o Estado Y aprovou sua LOA prevendo R\$ 500.000,00 para obras de infraestrutura viária. Porém, no decorrer do exercício financeiro, o Poder Executivo decide iniciar a construção de uma nova ponte, cujo custo estimado é de R\$ 150.000,00, mas não existe dotação específica para essa obra na LOA nem foi aberto crédito adicional. No entanto, o gestor autoriza: 1) a contratação da empresa; 2) o início da obra; e 3) o empenho das despesas. De acordo com as situações descritas, pode-se observar que ocorre a violação de quais princípios orçamentários?

- A) Princípio da transparência e princípio da exatidão.
- B) Princípio da discriminação e princípio da limitação.
- C) Princípio da unidade e princípio do equilíbrio fiscal.
- D) Princípio da especificação e princípio da exclusividade.

Questão 40

Em determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), observa-se que, ao longo dos anos, os servidores desenvolveram uma forma própria de interação: utilizam expressões técnicas específicas do sistema CFC/CRCs; realizam rituais informais antes das sessões plenárias (como reuniões preparatórias recorrentes); e demonstram respeito aos conselheiros mais antigos. Além disso, novos servidores aprendem rapidamente quais comportamentos são aceitos ou reprovados, mesmo quando tais orientações não estão formalmente documentadas. Paralelamente, a alta gestão do CRC enfatiza, em seus documentos institucionais, valores como ética profissional, eficiência na fiscalização e compromisso com a sociedade, reforçando políticas de tratamento respeitoso aos profissionais registrados e aos cidadãos. Com base no conceito de cultura organizacional e em suas características, é correto afirmar que o caso hipotético apresentado evidencia, de forma predominante:

- A) A sobreposição do clima organizacional às regras formais, indicando que o sentimento de pertencimento substitui os valores dominantes explicitados pela alta gestão.
- B) Um conflito estrutural entre filosofia organizacional e regras formais, típico de organizações públicas fortemente burocratizadas, o que enfraquece a cultura organizacional.
- C) A prevalência de normas formais e regras explícitas, demonstrando que a cultura organizacional do CRC é definida exclusivamente por documentos oficiais e legislações do sistema profissional.
- D) A coexistência de regularidades comportamentais, normas implícitas e valores dominantes, revelando uma cultura organizacional consolidada, aprendida historicamente na interação com o ambiente institucional.

Questão 41

Em determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a servidora Marta, responsável por disciplinar o sistema de arquivo de correspondências, requisições, formulários e outros documentos, relata que sua percepção de bem-estar no trabalho é fortemente influenciada pela forma como seu superior imediato orienta e acompanha suas atividades; pela qualidade das informações recebidas de outros setores que funcionam como fornecedores internos; pela clareza e frequência das demandas provenientes dos clientes internos (outros departamentos do próprio Conselho); e pela necessidade de coordenar e orientar subordinados recém-ingressados no órgão. Esses elementos afetam diretamente sua motivação, seu nível de estresse e sua disposição para o trabalho cotidiano. Com base no modelo de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), os aspectos descritos no caso pertencem, predominantemente, a quais fatores do modelo?

- A) Primeira Ordem.
- B) Segunda Ordem.
- C) Terceira Ordem.
- D) Quarta Ordem.

Questão 42

Em determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a diretoria decidiu revisar o sistema de avaliação de desempenho dos servidores, buscando alinhar resultados organizacionais, qualidade das relações humanas e justiça avaliativa. Durante a análise, observou-se que alguns funcionários apresentavam elevado cumprimento de metas individuais, enquanto outros, apesar de resultados quantitativos menos expressivos, exerciam forte influência positiva sobre o clima organizacional e o desempenho coletivo. Além disso, persistia a prática de valorizar características pessoais percebidas como “profissionais”, ainda que pouco relacionadas às entregas efetivas. Considerando os critérios administrativos de avaliação de desempenho profissional, a abordagem mais adequada para o contexto descrito é:

- A) Combinar a avaliação dos resultados individuais da tarefa com indicadores comportamentais e traços individuais, valorizando ações de cidadania organizacional e contribuições para o desempenho coletivo.
- B) Valorizar comportamentos e traços individuais acima dos resultados, pois a manutenção de boas relações humanas e de uma imagem profissional positiva é suficiente para garantir, a longo prazo, o desempenho institucional do CRC.
- C) Priorizar exclusivamente os resultados individuais da tarefa, pois métricas objetivas reduzem vieses interpessoais e garantem maior eficiência institucional, mesmo que comportamentos colaborativos e traços pessoais sejam desconsiderados.
- D) Avaliar predominantemente os traços individuais, como postura, experiência e confiabilidade percebida, uma vez que, em organizações públicas como os CRCs, tais características tendem a assegurar estabilidade, previsibilidade e menor conflito interpessoal.

Questão 43

Em determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a presidência decidiu implementar um conjunto de medidas administrativas relacionadas ao desenho da estrutura organizacional. Essa estrutura pode ser analisada a partir de quatro características fundamentais: diferenciação; formalização; centralização; e integração. Considerando essas características, analise, a seguir, as ações adotadas pelo CRC.

1. Todas as decisões relativas à abertura de processos ético-disciplinares passaram a depender de autorização direta do plenário, independentemente da origem da denúncia.
2. Foi instituído um manual único de procedimentos, detalhando passo a passo como devem ser executadas as atividades de fiscalização, registro profissional e atendimento aos contadores.
3. As câmaras técnicas foram reorganizadas por área de especialidade (contabilidade pública, privada e perícia), com criação de novas chefias intermediárias.
4. Criou-se um comitê permanente composto por representantes das câmaras técnicas, do setor administrativo e das delegacias regionais, responsável por alinhar decisões e resolver conflitos operacionais.

Com base no modelo de Chiavenato, assinale a alternativa que relaciona adequadamente cada ação à respectiva característica da estrutura organizacional.

- A) 1. Centralização 2. Formalização 3. Diferenciação 4. Integração.
- B) 1. Formalização 2. Centralização 3. Integração 4. Diferenciação.
- C) 1. Diferenciação 2. Formalização 3. Centralização 4. Integração.
- D) 1. Formalização 2. Integração 3. Centralização 4. Diferenciação.

Questão 44

Em uma autarquia estadual, o inventário anual de bens móveis é realizado ao final de cada exercício. No início do mês de agosto de determinado ano, o dirigente da unidade recebeu relatório da controladoria interna apontando divergências entre os registros contábeis e a localização física de equipamentos de informática e mobiliário utilizados nas atividades administrativas. Simultaneamente, o órgão de controle externo notificou a autarquia sobre a instauração de procedimento fiscalizatório, solicitando informações detalhadas sobre o patrimônio móvel. Diante desse cenário hipotético, o dirigente determinou a conferência física dos bens, independentemente do calendário regular de inventários, contando com o apoio do auxiliar administrativo no controle documental, na organização dos registros e na comunicação das informações aos superiores. Considerando a classificação dos tipos de inventário – anual; inicial; de transferência de responsabilidade; de extinção ou transformação; e eventual, nessa situação deve-se realizar o inventário:

- A) Inicial.
- B) Eventual.
- C) De extinção ou transformação.
- D) De transferência de responsabilidade.

Questão 45

Em um órgão público, considere que um auxiliar administrativo passou a apoiar a reorganização das rotinas relacionadas ao controle de materiais após sucessivas ocorrências de compras emergenciais, existência de itens pouco utilizados e divergências entre registros e quantidades físicas. Na análise inicial, verificou-se que os procedimentos eram executados de forma reativa e sem parâmetros formais de reposição e acompanhamento. Considerando as práticas associadas ao controle de estoques em organizações públicas, qual conjunto de ações tende a contribuir de forma mais consistente para a regularização dessas rotinas?

- A) Realizar inventários periódicos para atualização dos saldos físicos e aprimorar o armazenamento dos materiais, priorizando a conferência das quantidades disponíveis antes de revisar parâmetros de reposição e classificação dos itens.
- B) Concentrar o controle dos materiais na definição de prazos de reposição e no registro das movimentações, tratando a identificação de itens sem giro, obsoletos ou danificados como questão secundária, a ser analisada apenas quando surgirem demandas específicas das unidades usuárias.
- C) Fortalecer o registro contábil, atribuindo ao setor contábil a definição da ordem de chegada dos materiais e a realização das aquisições, cabendo posteriormente ao setor de estoque a organização física dos itens e ao setor de compras o encaminhamento de relatórios das operações efetuadas.
- D) Estabelecer critérios para determinar quais itens devem permanecer em estoque, quando reabastecer, quanto adquirir para períodos predeterminados, controlar os estoques em termos de quantidade e valor, manter inventários periódicos e identificar materiais obsoletos ou danificados, articulando-se com o departamento de compras.

Questão 46

A redação de expedientes oficiais sofreu mudanças significativas com a terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República. Sobre a estrutura e a tipologia dos documentos que circulam em conselhos profissionais, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assinale a afirmativa correta.

- A) O Padrão Ofício unificou três tipos de expedientes que antes eram distintos (aviso, ofício e memorando), mantendo, porém, a necessidade de indicar o nome do destinatário no cabeçalho antes do vocativo.
- B) No Padrão Ofício, a identificação do signatário deve ser composta pelo nome (em letras maiúsculas), cargo e o número de telefone do setor, sendo vedada a inclusão da assinatura manual em documentos físicos.
- C) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é “Excelentíssimo Senhor”, seguido do cargo respectivo, enquanto para as demais autoridades o vocativo correto é “Senhor”, seguido do cargo.
- D) Na redação de um Ofício, o campo “Assunto” deve ser escrito de forma detalhada, ocupando, preferencialmente, até três linhas, para que o leitor tenha ideia sobre o conteúdo do documento sem precisar ler o corpo do texto.

Questão 47

Considere o seguinte texto hipotético: “A Administração Pública comunica a ampliação do prazo para regularização cadastral dos profissionais registrados. A medida visa garantir maior eficiência no atendimento e assegurar o cumprimento das normas vigentes. Os interessados devem acessar o portal eletrônico do órgão para obter informações detalhadas”. Considerando o texto apresentado e os princípios que regem a redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República, justifica corretamente a adequação do texto à redação oficial:

- A) Predominância de estrutura argumentativa, típica de textos institucionais.
- B) Emprego de linguagem formal, clara e impessoal, voltada ao interesse público.
- C) Uso de vocabulário técnico especializado, destinado exclusivamente aos servidores públicos.
- D) Presença de marcas subjetivas, que aproximam o texto do leitor e tornam a comunicação mais acessível.

Questão 48

Ao redigir um ofício ou uma exposição de motivos, o servidor não deve apenas transcrever dados técnicos, mas assegurar que a linguagem utilizada seja acessível ao profissional registrado e ao cidadão comum. A formalidade não deve ser confundida com o uso de arcaísmos ou de uma estrutura sintática excessivamente complexa, que dificulte a compreensão do ato administrativo. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, essa orientação visa atender diretamente ao atributo da:

- A) Concisão, que recomenda o uso de frases curtas e diretas para evitar o cansaço do leitor.
- B) Formalidade, que exige o uso de termos eruditos para conferir solenidade ao documento público.
- C) Impessoalidade, garantindo que o foco da comunicação seja o cidadão e não o servidor que escreve.
- D) Clareza, permitindo que o texto seja compreendido imediatamente por qualquer cidadão, sem necessidade de consultas externas.

Questão 49

No atendimento ao público realizado por um Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a qualidade do serviço prestado depende da adequada aplicação de diferentes elementos do atendimento. Nesse contexto, relacione adequadamente os casos hipotéticos aos respectivos elementos de um atendimento de boa qualidade.

1. Comunicabilidade.
 2. Cortesia.
 3. Discrição.
 4. Objetividade.
- () Certo profissional procura o CRC para esclarecer uma dúvida pontual sobre os prazos de anuidade. O atendente se concentra exclusivamente na demanda apresentada, responde de forma direta e evita prolongar o atendimento com informações irrelevantes ou conversas paralelas.
 - () Ao receber um cidadão visivelmente insatisfeito, o atendente mantém tom de voz respeitoso, escuta atentamente a reclamação, trata o usuário pelo nome e demonstra paciência, mesmo diante de questionamentos repetidos.
 - () Durante o atendimento presencial, o servidor explica ao profissional contábil todos os passos necessários para regularização cadastral, utilizando linguagem clara e sem termos técnicos desnecessários, confirma se o usuário compreendeu as orientações e fornece material complementar por escrito, evitando retrabalho.
 - () Em um balcão de atendimento compartilhado, o atendente evita comentar em voz alta detalhes sensíveis sobre processos éticos envolvendo outros profissionais, mantendo postura reservada e, diante de um comentário inadequado feito anteriormente, pede desculpas de forma imediata.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 4, 3.
- B) 1, 3, 4, 2.
- C) 3, 4, 2, 1.
- D) 4, 2, 1, 3.

Questão 50

Em determinado Conselho Regional de Contabilidade (CRC), um servidor público com mais de dez anos de atuação técnica apresenta desempenho formalmente satisfatório, mas vem demonstrando comportamento de distanciamento em relação à equipe: evita participar de reuniões colaborativas; limita-se estritamente às tarefas que lhe são atribuídas; e reage de forma defensiva a sugestões de colegas e da chefia. Embora cumpra prazos e normas, verbaliza com frequência que “apenas faz o que é exigido”, não demonstrando interesse em melhorias, inovação ou crescimento profissional. Observa-se, ainda, que esse padrão se mantém ao longo do tempo, independentemente de mudanças na liderança ou incentivos externos. Considerando o caso hipotético, o problema de relacionamento interpessoal evidenciado nessa situação caracteriza-se, predominantemente, como:

- A) Resistência individual a mudanças organizacionais, explicada pela falta de incentivos extrínsecos e pela sobrecarga de tarefas operacionais.
- B) Conflito interpessoal, decorrente de falhas na comunicação horizontal, associado à ausência de direção clara nos objetivos organizacionais.
- C) Problema estrutural de liderança autoritária, responsável por comprometer a permanência da motivação e gerar isolamento funcional do servidor.
- D) Desalinhamento motivacional intrínseco, manifestado pela baixa intensidade e esvaziamento do sentido do trabalho, impactando negativamente as relações interpessoais.

ATENÇÃO

NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

PROVA DISCURSIVA**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, que será avaliada em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas; e b) deverá atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Aspectos Macroestruturais		
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).	1,50	6,00
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).	1,50	6,00
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente: progressão textual).	1,00	6,00
Aspectos Microestruturais		
Estruturação sintática: truncamentos de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.	0,25	2,00
Morfossintaxe: colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular – uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito; tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.	0,50	5,00
Desvios: acentuação; ortografia; translineação; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação.	0,50	5,00
TOTAL		30 pontos

Texto I**Ética, transparência e o poder do boicote: como a geração Z está moldando o futuro das marcas**

Nos últimos anos, a relação entre empresas e consumidores mudou drasticamente, especialmente com a entrada das gerações mais jovens no mercado. Com idades entre 14 e 28 anos, a geração Z, por exemplo, se destaca como um dos grupos de consumidores mais exigentes e atentos aos valores das marcas que escolhem apoiar.

Ao contrário das gerações anteriores, esse público não se preocupa apenas com o produto ou serviço oferecido, mas também com o compromisso das empresas em relação a questões sociais, ambientais e éticas. Em um cenário de consumo mais consciente, as marcas precisam se adaptar rapidamente a essas novas expectativas ou correm o risco de perder a lealdade dessa nova geração de compradores.

(Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos>. Acesso em: fevereiro de 2026. Adaptado.)

Texto II**Ética na contabilidade: a importância da ética e transparência na prática contábil**

Credibilidade e confiança: A transparência nas práticas contábeis é crucial para estabelecer a confiança entre as empresas, os investidores e o público. Quando os contadores atuam de forma ética, as informações financeiras que apresentam são vistas como mais confiáveis, o que fortalece a reputação da empresa.

Prevenção de fraudes: Profissionais éticos são menos propensos a se envolver em práticas fraudulentas. A ética na contabilidade ajuda a criar um ambiente em que fraudes e manipulações financeiras são desencorajadas, reduzindo riscos e promovendo a responsabilidade.

Conformidade legal: As empresas estão sujeitas a diversas regulamentações e leis fiscais. Contadores éticos não apenas garantem que as empresas estejam em conformidade com essas normas, mas também ajudam a evitar penalidades legais e financeiras que podem resultar de práticas inadequadas.

Responsabilidade social: A contabilidade não se limita a números; ela tem um impacto direto na sociedade. Profissionais contábeis têm a responsabilidade de contribuir para uma economia saudável e sustentável. A ética na contabilidade envolve considerar o impacto das decisões financeiras em *stakeholders* e na comunidade.

Decisões informadas: Informações financeiras transparentes permitem que gestores tomem decisões mais informadas. Um contador ético oferece análises precisas que ajudam os líderes empresariais a planejar estratégias e investimentos com confiança.

(Disponível em: <https://smartsolve.com.br/a-etica-na-contabilidade>. Acesso em: fevereiro de 2026. Adaptado.)

Texto III**Para onde caminha a ética na era da inteligência artificial?****Privacidade e segurança dos dados**

A coleta e o armazenamento de volumes imensos de dados pessoais para alimentar os sistemas de IA também devem gerar alertas sobre a privacidade e a segurança das informações. Vazamentos ou uso indevido desses dados podem causar danos significativos aos indivíduos, além de resultar em consequências legais e reputacionais para as empresas.

Somado a isso, garantir a segurança dos dados é hoje um dos grandes desafios das organizações e a inserção de uma nova tecnologia pode expor lacunas de proteção, abrindo espaço para violações. Para reduzir os riscos, também é fundamental adotar regulamentações e medidas de conformidade, que estabeleçam diretrizes claras para o uso ético e seguro dos dados.

Responsabilidade e transparência na tomada de decisões

Quando falamos em transparência atrelada a aplicações de inteligência artificial, é importante observar essa temática sob dois ângulos: uso e operação. O primeiro diz respeito ao nível de autonomia da solução de IA nos processos decisórios. Já o segundo refere-se aos procedimentos internos realizados pelos sistemas de IA para a tomada de decisão.

Empresas que falham nesses aspectos podem ser responsabilizadas por eventuais erros ou consequências negativas. Paralelamente, enfrentam o desafio de garantir que as decisões da IA sejam compreensíveis e explicáveis, além de estabelecer mecanismos para lidar com possíveis falhas.

(Disponível em: blog.fiaonline.com.br/etica-inteligencia-artificial. Acesso em: fevereiro de 2026. Fragmento. Adaptado.)

A partir dos textos motivadores redija uma dissertação sobre o tema:

“A transparência e a ética no cotidiano do serviço administrativo.”

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

